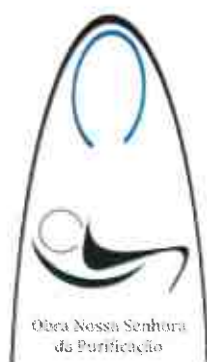


FUNDAÇÃO
OBRA NOSSA SENHORA DA
PURIFICAÇÃO



Relatório e Contas
2025

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2025

1 - Introdução

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, com sede social em EST DA CIRCUNVALAÇÃO 5 QUINTA DO FERRO, com um capital social de 419.170,03 €, tem como atividade principal Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

Tanto o FMI como o World Bank convergiram no reconhecimento de um cenário de crescimento moderado e de maior incerteza política, considerando que, em 2025, como reação ao choque tarifário, o mundo acelerou as suas cadeias de abastecimento.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

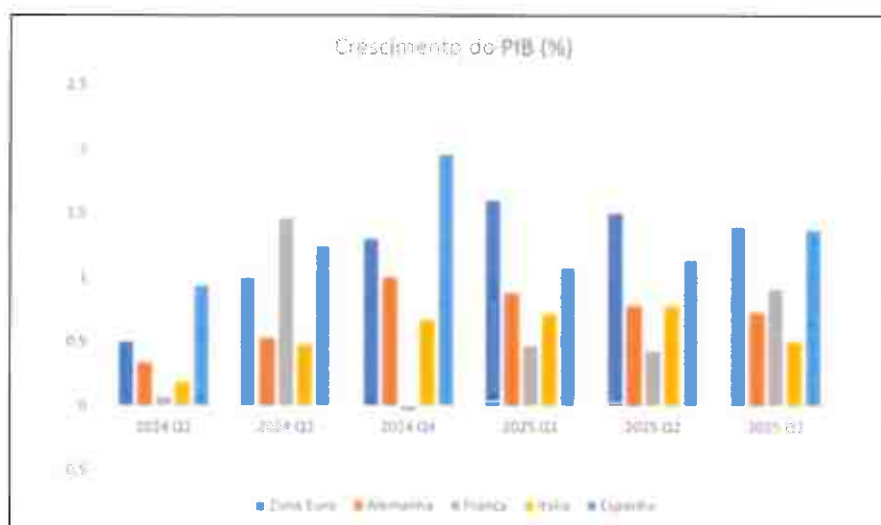
Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desagregados pelas principais regiões do mundo.

A inflação global continuou a descer no agregado das economias avançadas. Não obstante, o FMI alertou para os riscos associados a choques de oferta, aos preços da energia e a possíveis pressões políticas sobre a independência dos bancos centrais.

Relativamente aos salários, o novo relatório da ILO de 2026 indica que, apesar do desemprego se manter estável, a qualidade dos empregos não recuperou e os ganhos salariais reais ainda não compensaram totalmente as perdas de poder de compra anteriores. O desemprego jovem agravou-se em 2025 para 12,4% à escala global.

Europa

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.



Fonte: Dados do Banco Central europeu de dezembro de 2025

A inflação, na Zona Euro deverá continuar a convergir para os 2% durante a segunda metade do ano, em linha com a tendência já apresentada durante o ano.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Zona Euro manteve-se historicamente baixa em 2025. O Eurostat reportou uma taxa de desemprego de 6,3%, com o desemprego jovem a recuar ligeiramente para os 14,6%, evidenciando uma estabilização do mercado juvenil.

Desagregando o indicador do desemprego por género, em novembro de 2025, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,2% na UE e a taxa de desemprego dos homens foi de 5,8%. Na Zona Euro, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,5%, e a taxa de desemprego dos homens situou-se em 6,1%.

Portugal

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento

disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas empresas portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de 2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

Outro setor de revelante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

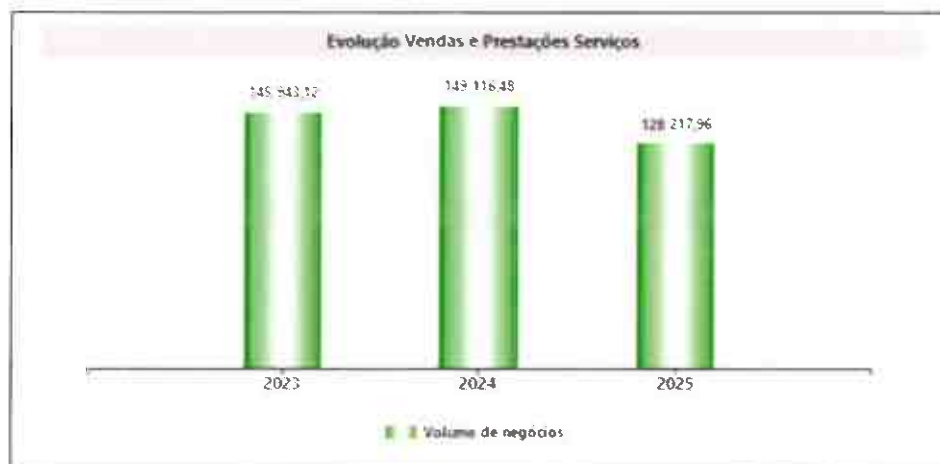
O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos em 2024, segundo os dados do INE.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 128.217,96 €, representando uma variação de (14,01)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

[Handwritten signature]
5.17



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



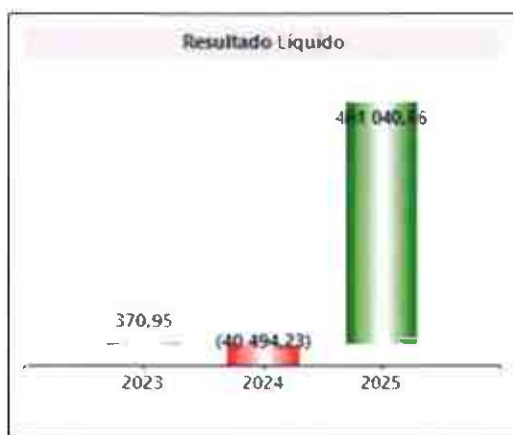
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos

	PERÍODOS		
	2025	2024	2023

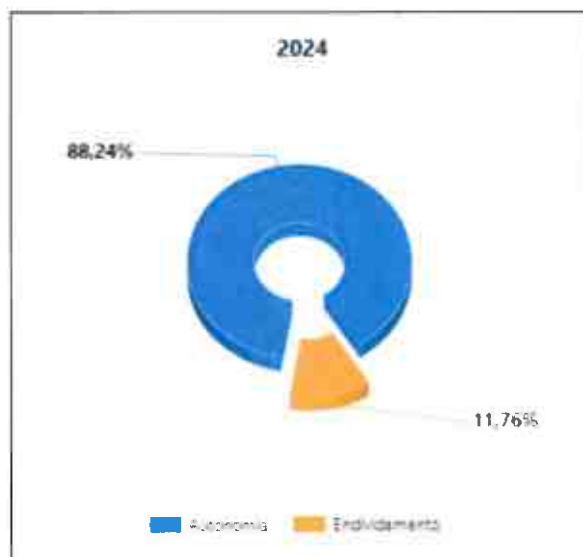
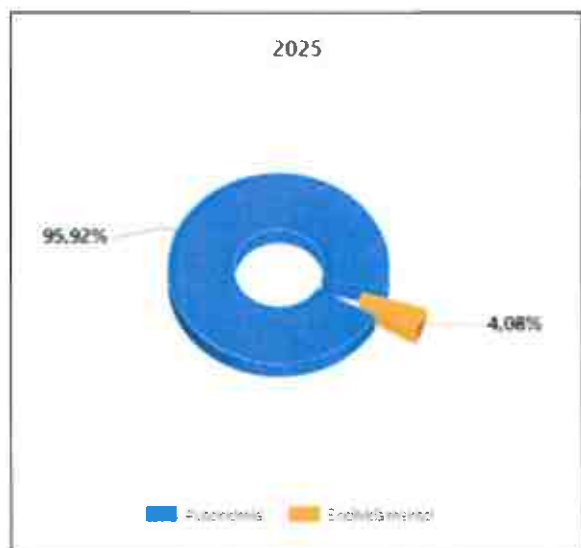
Gastos com Pessoal	696 892,28	776 862,77	686 731,15
--------------------	------------	------------	------------

[Handwritten signatures and initials]

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2025		2024	
Ativo não corrente	961 970,71	44 %	1 720 910,99	94 %
Ativo corrente	1 230 228,25	56 %	116 817,29	6 %
Total ativo	2 192 198,96		1 837 728,28	

RUBRICAS	2025		2024	
Capital Próprio	2 102 668,45	96 %	1 621 627,59	88 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	70 000,00	4 %
Passivo corrente	89 530,51	4 %	146 100,69	8 %
Total Capital Próprio e Passivo	2 192 198,96		1 837 728,28	

b) Atividade Relatório de Ação 2025

A área de intervenção da Fundação situa-se nas Freguesias da Portela, Concelho de Loures e em Fátima, Cova da Iria, Concelho de Ourém, distrito de Santarém (cfr. Estatutos da FONSP).

As atividades da Fundação desenvolveram-se na Educação Pré-Escolar e Creche em Lisboa; em Fátima através das respostas sociais de CATL e Casa de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens em Risco, até 31 de agosto.

A Fundação mantém acordos com o ISS, IP para 24 crianças e jovens na Casa de Acolhimento Residencial em Fátima, com uma frequência média de 22 crianças e jovens em 2025, até agosto deste ano. O acordo para o CATL é para 16 crianças, com mais 18 crianças a frequentar, sem acordo, totalizando assim 34 crianças nesta resposta social, igualmente até agosto.

Em 31 de agosto cessaram as atividades da Fundação em Fátima mediante a venda da Casa a uma outra Instituição que assumiu simultaneamente dar continuidade às duas respostas sociais a partir da data referida. Até à cessação dos respetivos acordos do ISS,IP com a Fundação, os valores recebidos da Segurança Social são transferidos mensalmente para a Entidade continuadora.


Na creche, em Lisboa, foram atendidas 40 crianças, todas com acordo, gozando de gratuidade. Na Educação Pré-Escolar houve uma frequência anual média de 65 crianças, tendo no presente ano escolar 4 crianças com necessidades educativas especiais.

Os planos de atividades foram executados de acordo com o que foi planeado.

Na Portela foram atendidas cerca de 70 famílias carenciadas com bens alimentares de primeira necessidade, do Banco Alimentar, total de 210 pessoas, das quais 59 crianças.

Colaboradores:

Quadro de Colaboradores	Portela, LRS	Fátima, Santarém (até agosto)
-------------------------	--------------	----------------------------------



	Pré-Escolar	Creche	CAR	CATL
Diretora Económa	1			-
Dir. Técnica (Educadora de Infância c/Lic)	-			1
Téc. Sup. Serv.Social	1			1
		Dir.Técnica		
Psicóloga	1 (50%)		1	
Educadoras de Infância c/Lic.	3	2		-
Educadora Social s/Lic.			1	1
Ajudantes da Ação Educativa	4	6	6 + 1*	1
Administrativa	1			1
Cozinheira	1			1
Ajud. Cozinha	1			1
Serviços Gerais	3		1	1
Total		25		18
*Baixa médica em 31/08/2025				
Estagiários curricul. da Esc.Prof.de Agentes de Serv.de Apoio Social	3	1		-

Gestão de Qualidade e Formação

Numa procura contínua de melhoria dos serviços prestados para a satisfação dos utentes, seus familiares e da própria equipa traduziu-se no esforço por uma Gestão de Qualidade. Documentação, processos, procedimentos, foram analisados e atualizados; assim como novas contratações de recursos humanos foram levados ao cabo.

Formações obrigatórias, em Lisboa foram efetuadas 16 formações e participaram 16 funcionários totalizando 97h. Temas: Formação de professores e educação pré-escolar; Proteção de pessoas e bens; Recrutamento e comunicação interna nas IPSS.

Investimentos Lisboa:

Isolamento acústico do refeitório : 5 821,00€

Reforma de 3 WC 5 658,00€

Calhas do telhado 8 266,40€

Obras no ginásio (adequação) 5 450,00

Apoios recebidos:

- Subsídios através de acordos com o MES e ISS, IP;
- Reembolsos de IRS : 6.099,89 €
- A Fundação recebeu neste ano para compensação das Educadoras: 39 863,04 €;
- Donativos de particulares e várias empresas;
- Donativos da Stiftung Kinderwerk CH Goldach;
- Programa de Apoio Social da Câmara de Loures no valor: 2.145 €;
- Outros

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 481.040,86€, propondo-se a sua aplicação em **Resultados Transitados**.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Mundo

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025, salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre empresas tecnológicas com avaliações muito elevadas.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em 2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras, pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar-se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e constrangimentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

5.2 Cenário Interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026.

O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

De acordo com o Banco de Portugal, prevê-se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando-se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar-se, em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.

5.3 Evolução previsível da Fundação

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a Fundação consiga aumentar as receitas para superar o défice existente entre receitas e despesas da Fundação. Está em projeto adaptar espaços existentes na cave e assim disponibilizar quartos para alugar para estudantes.

6 - Outras Informações

A Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2025
(montantes em euros)

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

RUBRICAS	DATAS	
	2025	2024
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	956 363,27	1 715 303,55
Outros créditos e ativos não correntes	5 607,44	5 607,44
	961 970,71	1 720 910,99
Ativo corrente		
Inventários	471,52	1 559,74
Créditos a receber	7 348,00	11 826,61
Estado e outros entes públicos	5 472,32	2 501,48
Diferimentos	8 587,95	6 833,62
Outros ativos correntes	14 976,78	14 976,78
Caixa e depósitos bancários	1 193 371,68	79 119,06
	1 230 228,25	116 817,29
Total do ativo	2 192 198,96	1 837 728,28
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	419 170,03	419 170,03
Reservas	25 237,44	25 237,44
Resultados transitados	1 177 220,12	1 217 714,35
Resultado líquido do período	481 040,86	(40 494,23)
Total dos fundos patrimoniais	2 102 668,45	1 621 627,59
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos		70 000,00
		70 000,00
Passivo corrente		
Fornecedores	8 194,13	5 898,85
Estado e outros entes públicos	18 985,78	19 078,62
Diferimentos		21 100,13
Outros passivos correntes	62 350,60	100 023,09
	89 530,51	146 100,69
Total do passivo	89 530,51	216 100,69
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2 192 198,96	1 837 728,28

Conselho Directivo

Contabilista Certificado - 23892

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2025
(montantes em euros)**

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

RUBRICAS	PERÍODO	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	129 859,70	147 474,74
Pagamentos a fornecedores	252 363,50	229 191,27
Pagamentos ao pessoal	701 334,56	776 270,19
Caixa gerada pelas operações	(823 838,36)	(857 986,72)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(6 099,89)	(3 935,76)
Outros recebimentos/pagamentos	802 187,92	831 347,52
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(15 550,55)	(22 703,44)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	1 200 000,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	1 200 000,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	70 000,00	
<i>Juros e gastos similares</i>	196,83	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(70 196,83)	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	1 114 252,62	(22 703,44)
Caixa e seus equivalentes no início do período	94 095,84	116 799,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 208 348,46	94 095,84

Conselho Directivo

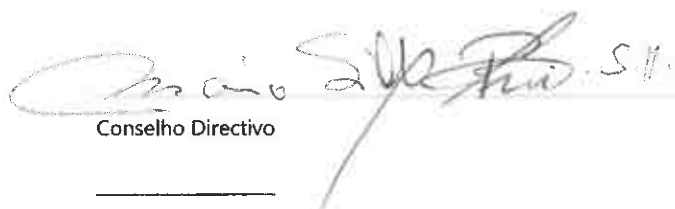
Contabilista Certificado 23892

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2025**

**Fundação Obra de Nossa Senhora da
Purificação**

(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2025	2024
Vendas e serviços prestados	128 217,96	149 116,48
Subsídios, doações e legados à exploração	862 481,40	844 994,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(103 101,12)	(94 857,07)
Fornecimentos e serviços externos	(120 227,10)	(116 324,20)
Gastos com o pessoal	(696 892,28)	(776 862,77)
Outros rendimentos	476 128,29	17 373,47
Outros gastos	(40 983,79)	(30 638,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	505 623,36	(7 197,98)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(24 385,67)	(33 296,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	481 237,69	(40 494,23)
Juros e gastos similares suportados	(196,83)	
Resultado antes de impostos	481 040,86	(40 494,23)
Resultado líquido do período	481 040,86	(40 494,23)


Conselho Directivo

Contabilista Certificado 23892


Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2025
Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação
(montantes em euros)

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	419 170,03		25 237,44	1 217 714,35			(40 494,23)	1 621 627,59		1 621 627,59
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(40 494,23)			40 494,23			
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				(40 494,23)			40 494,23			
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL							481 040,86	481 040,86		481 040,86
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							481 040,86	481 040,86		481 040,86
6+7+8+10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	419 170,03		25 237,44	1 177 220,12			481 040,86	2 102 668,45		2 102 668,45

Adão S. Silva 5/11

Conselho Directivo

[Assinatura]

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2025
Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

(montantes em euros)

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de reavaliação	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
1	419 170,03		25 237,44	1 217 343,40			370,95	1 662 121,82		1 662 121,82
2				370,95			(370,95)			
3				370,95			(370,95)			
4=2+3							(40 494,23)	(40 494,23)		(40 494,23)
5							(40 494,23)	(40 494,23)		(40 494,23)
6=1+2+3+5	419 170,03		25 237,44	1 217 714,35			(40 494,23)	1 621 627,59		1 621 627,59

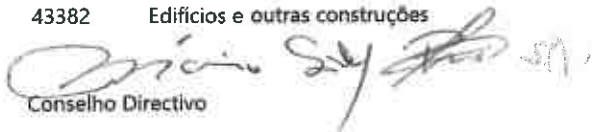
[Handwritten signature]

Conselho Directivo

Contabilista Certificado
23892

[Handwritten signature]

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	1 208 348,46		1 208 348,46
11	Caixa	15 615,10		15 615,10
12	Depósitos à ordem	1 177 756,58		1 177 756,58
14	Outros instrumentos financeiros	14 976,78		14 976,78
142	Instrumentos financeiros detidos para negociação	14 976,78		14 976,78
1421	Ativos financeiros	14 976,78		14 976,78
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	21 408,27	89 530,51	(68 122,24)
22	Fornecedores	415,10	8 194,13	(7 779,03)
221	Fornecedores c/c	415,10	8 194,13	(7 779,03)
2211	Fornecedores gerais	415,10	8 194,13	(7 779,03)
24	Estado e outros entes públicos	5 472,32	18 985,78	(13 513,46)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		2 634,00	(2 634,00)
243	Imposto sobre o valor acrescentado IVA		6 200,29	(6 200,29)
2436	IVA - A pagar		6 200,29	(6 200,29)
245	Contribuições para a Segurança Social		10 151,49	(10 151,49)
248	Outras tributações	5 472,32		5 472,32
27	Outras contas a receber e a pagar	6 932,90	62 350,60	(55 417,70)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		61 695,22	(61 695,22)
2722	Credores por acréscimos de gastos		61 695,22	(61 695,22)
278	Outros devedores e credores	6 932,90	655,38	6 277,52
28	Diferimentos	8 587,95		8 587,95
281	Gastos a reconhecer	8 587,95		8 587,95
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	471,52		471,52
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	471,52		471,52
331	Matérias-primas	471,52		471,52
4	INVESTIMENTOS	1 768 814,49	806 843,78	961 970,71
41	Investimentos financeiros	5 607,44		5 607,44
415	Outros investimentos financeiros	5 607,44		5 607,44
4151	Detidos até à maturidade	5 607,44		5 607,44
43	Ativos fixos tangíveis	1 763 207,05	806 843,78	956 363,27
433	Outros ativos fixos tangíveis	1 763 207,05	806 843,78	956 363,27
4331	Terrenos e recursos naturais	140 301,86		140 301,86
4332	Edifícios e outras construções	1 243 523,45		1 243 523,45
4333	Equipamento básico	170 552,11		170 552,11
4334	Equipamento de transporte	96 888,87		96 888,87
4335	Equipamento administrativo	34 383,14		34 383,14
4337	Outros ativos fixos tangíveis	77 557,62		77 557,62
4338	Depreciações acumuladas		806 843,78	(806 843,78)
43382	Edifícios e outras construções		444 163,51	(444 163,51)


Conselho Directivo

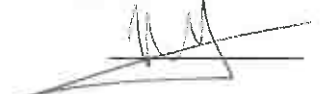
Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
43383	Equipamento básico		153 850,64	(153 850,64)
43384	Equipamento de transporte		96 888,87	(96 888,87)
43385	Equipamento administrativo		34 383,14	(34 383,14)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		77 557,62	(77 557,62)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		1 621 627,59	(1 621 627,59)
51	Fundos		419 170,03	(419 170,03)
55	Reservas		25 237,44	(25 237,44)
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
56	Resultados transitados		1 177 220,12	(1 177 220,12)
6	GASTOS	985 786,79		985 786,79
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	103 101,12		103 101,12
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	103 101,12		103 101,12
62	Fornecimentos e serviços externos	120 227,10		120 227,10
622	Serviços especializados	51 488,90		51 488,90
6221	Trabalhos especializados	12 803,49		12 803,49
6223	Vigilância e segurança	4 335,00		4 335,00
6224	Honorários	3 658,12		3 658,12
6226	Conservação e reparação	17 618,97		17 618,97
6228	Outros	13 073,32		13 073,32
623	Materiais	14 145,29		14 145,29
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 860,40		4 860,40
6232	Livros e documentação técnica	19,50		19,50
6233	Material de escritório	9 265,39		9 265,39
624	Energia e fluidos	36 284,51		36 284,51
6241	Eletricidade	14 416,29		14 416,29
6242	Combustíveis	3 920,28		3 920,28
6243	Água	9 600,56		9 600,56
6248	Outros	8 347,38		8 347,38
625	Deslocações, estadas e transportes	3 899,49		3 899,49
6251	Deslocações e estadas	3 899,49		3 899,49
626	Serviços diversos	14 408,91		14 408,91
6261	Rendas e alugueres	81,30		81,30
6262	Comunicação	3 367,34		3 367,34
6263	Seguros	7 097,56		7 097,56
6265	Contencioso e notariado	191,22		191,22
6266	Despesas de representação	427,03		427,03
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 244,46		3 244,46
63	Gastos com o pessoal	696 892,28		696 892,28
632	Remunerações do pessoal	556 086,99		556 086,99

Conta	SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
634		Indemnizações	370,90		370,90
635		Encargos sobre remunerações	122 878,78		122 878,78
636		Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	7 222,47		7 222,47
638		Outros gastos com o pessoal	10 333,14		10 333,14
64		Gastos de depreciação e de amortização	24 385,67		24 385,67
642		Ativos fixos tangíveis	24 385,67		24 385,67
6422		Edifícios e outras construções	15 067,31		15 067,31
6423		Equipamento básico	9 318,36		9 318,36
68		Outros gastos	40 983,79		40 983,79
681		Impostos	30 484,67		30 484,67
6811		Impostos diretos	157,07		157,07
6812		Impostos indiretos	29 445,56		29 445,56
6813		Taxas	882,04		882,04
688		Outros	10 499,12		10 499,12
6881		Correções relativas a períodos anteriores	2 169,28		2 169,28
6882		Donativos	190,00		190,00
6883		Quotizações	680,00		680,00
6888		Outros não especificados	7 459,84		7 459,84
69		Gastos de financiamento	196,83		196,83
691		Juros suportados	196,83		196,83
6918		Outros juros	196,83		196,83
7		RENDIMENTOS		1 466 827,65	(1 466 827,65)
72		Prestações de serviços		128 217,96	(128 217,96)
721		Quotas dos utilizadores		120 616,48	(120 616,48)
725		Serviços secundários		7 601,48	(7 601,48)
75		Subsídios, doações e legados à exploração		862 481,40	(862 481,40)
751		Subsídios do Estado e outros entes públicos		696 101,62	(696 101,62)
752		Subsídios de outras entidades		166 379,78	(166 379,78)
78		Outros rendimentos		476 128,29	(476 128,29)
784		Ganhos em inventários		34,95	(34,95)
7841		Sinistros		34,95	(34,95)
787		Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		468 750,08	(468 750,08)
7871		Alienações		459 150,08	(459 150,08)
7873		Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		9 600,00	(9 600,00)
788		Outros		7 343,26	(7 343,26)
7881		Correções relativas a períodos anteriores		12,96	(12,96)
7885		Restituição de impostos		6 099,89	(6 099,89)
7888		Outros não especificados		1 230,41	(1 230,41)
8		RESULTADOS			

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido	
		Total	3 984 829,53	3 984 829,53	0,00


Conselho Directivo

Contabilista Certificado - 23892



**VALENCIAS
2025**

APOS IMPUTAÇÕES

	GERAL	CRECHE		PRE		LAR		ATL	
		c10101fin	55,00%	c10102fin	57,85%	c10201fin	75,00%	c10202fin	25,00%
		42,15%	28,00%	72,00%	73,00%	75,00%	75,00%	27,00%	25,00%
6	Gastos	985.786,79	243.185,51	481.210,03	188.110,24	73.281,02			
61	Custo das mercadorias vendida	103.101,12	38.078,60	46.540,52	14.045,08	4.436,92			
612	Matérias-primas subsidiárias e	103.101,12	38.078,60	46.540,52	14.045,08	4.436,92			
6121	Generos Alimentares	58.244,89	18.223,92	22.273,68	16.855,73	891,56			
6122	Compras diversas	1.173,36	197,39	241,26	734,71	0,00			
612350	Banco Alimentar Pobres	39.484,74	17.768,13	21.716,61	0,00	0,00			
612351	Banco Alimentar Insuficiente	4.198,13	1.889,16	2.308,97	0,00	0,00			
62	Fornecimentos e serviços extra	120.227,10	27.472,80	33.577,86	46.752,89	12.423,55			
622	Serviços especializados	51.488,90	11.283,55	13.784,34	21.760,83	4.720,18			
6221	Trabalhos especializados	12.803,49	3.073,42	3.756,40	4.480,26	1.493,42			
6223	Violância e segurança	4.335,00	526,95	644,05	2.373,00	791,00			
6224	Honorários	3.658,12	1.544,15	2.011,97	0,00	0,00			
6226	Conservação e reparação	17.618,97	4.610,84	5.635,47	5.629,50	1.843,17			
6228	Outras Despesas	13.073,32	1.396,19	1.705,46	9.378,07	592,60			
62281	Despesas bancárias	383,20	136,44	166,76	60,00	20,00			
62282	Despesas com alunos	12.690,12	1.259,75	1.539,70	9.318,07	572,60			
623	Materiais	14.145,29	5.873,87	7.179,17	804,43	287,81			
6231	Ferramentas e utensílios de de	4.860,40	1.826,92	2.232,91	607,93	192,64			
6233	Material de escritório	9.265,39	4.046,94	4.946,27	181,88	90,30			
624	Energia e fluidos	36.284,51	6.330,66	7.737,48	16.662,28	5.554,08			
6241	Electricidade	14.416,29	2.856,55	3.491,34	6.051,30	2.017,10			
6242	Combustíveis	3.920,28	630,39	770,47	1.889,57	629,56			
6243	Água	9.600,56	1.231,23	1.504,84	5.148,37	1.716,12			
625	Deslocações estadas e transpor	3.899,49	501,88	613,40	2.541,47	242,74			
6251	Deslocações e estadas	3.899,49	501,88	613,40	2.541,47	242,74			
6252	Transportes de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
626	Serviços diversos	14.408,91	3.512,84	4.293,87	4.983,87	1.618,72			
6261	Rendas e Aluguéis	81,30	0,00	0,00	60,98	20,33			
6262	Comunicação	3.367,34	909,40	1.111,49	1.009,83	336,61			
6263	Seguros	7.087,56	1.357,79	1.659,52	3.060,20	1.020,07			
6266	Contencioso e notariado	191,22	56,80	69,42	48,75	16,25			
6266	Despesas Representação	427,03	40,36	49,33	261,22	76,11			
6267	Limpeza higiene e conforto	3.244,46	1.148,49	1.403,71	542,90	149,36			
6268	Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
63	Gastos com o pessoal	696.892,28	154.299,54	372.571,81	116.847,81	53.173,32			
632	Remunerações do pessoal	556.457,89	122.593,97	299.673,05	91.859,52	42.331,35			
6321	Remuneração pessoal	504.687,86	104.613,38	256.640,08	99.315,04	44.119,36			
6324	Férias Subs. Férias	22.183,01	9.806,95	22.510,09	-8.105,58	-2.028,45			
6325	Subsídio Natal	29.587,02	8.173,64	20.522,88	650,07	240,44			
6327	Indemnizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
635	Encargos sobre remunerações	122.878,78	26.227,14	65.357,54	21.676,89	9.617,21			
63513	Fundo FGCT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
6352	Encargos renum pessoal	122.878,78	26.227,14	65.357,54	21.676,89	9.617,21			
636	Seguros acidentes trabalho e d	7.222,47	1.290,34	1.770,97	3.037,65	1.123,51			
638	Outros gastos com o pessoal	10.333,14	4.188,08	5.770,06	273,79	101,25			
63882	Outros custos pessoal	2.834,93	1.194,92	1.640,01	0,00	0,00			
63883	Sec.Higiene no trabalho	1.856,71	782,60	1.074,11	0,00	0,00			
63884	Formação	5.641,50	2.210,56	3.095,84	273,79	101,25			
64	Gastos de depreciação e de amo	24.385,67	10.973,55	13.412,12	0,00	0,00			
642	Activos fixos tangíveis	24.385,67	10.973,55	13.412,12	0,00	0,00			
6422	Edifícios	15.087,31	6.780,29	8.287,02	0,00	0,00			
6423	Equip.basico	9.318,36	4.193,26	5.125,10	0,00	0,00			
6424	Equip.Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
6426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
6429	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Handwritten signature and initials: *F. J. ... S. N.*

**VALENCIAS
2025**

APOS IMPUTAÇÕES

GERAL		CRECHE		PRE		LAR		ATL	
		c10101fin	c10102fin	c10101fin	c10102fin	c10201fin	c10202fin	c10201fin	c10202fin
		45,00%	55,00%	57,85%	72,00%	75,00%	75,00%	73,00%	27,00%
		28,00%						25,00%	25,00%
68	Outras gastas e perdas		12.272,45	14.999,66	10.464,47				3.247,22
681	Impostos	40.983,79	9.521,79	11.637,75	7.057,55				2.267,58
6812	Impostos indiretos	29.445,56	9.113,61	11.388,86	6.958,52				2.234,57
68122	Imposto sobre o valor acrescen	29.027,54	8.925,50	10.908,95	6.958,52				2.234,57
68123	Imposto do selo	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
6813	Taxas	882,04	337,50	412,50	99,03				33,01
688	Outros	10.499,12	2.750,65	3.361,91	3.406,92				979,54
6881	Correcções relativas a período	2.169,28	498,03	608,71	906,91				155,64
6883	Quotizações	680,00	281,00	319,00	75,00				25,00
6888	Outros não especificados	7.459,84	1.981,62	2.434,20	2.282,51				751,50
6889	Outros diversos	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
69	Despesas Financeiras	196,83	88,57	108,26	0,00				0,00
7	Rendimentos	-1.466.827,65	-307.215,57	-426.854,13	-556.628,80				-176.129,14
72	Prestações de serviços	-128.217,96	-27.066,42	-69.596,29	-29,40				-31.525,85
721	Matrículas e Mensalidades	-120.616,48	-27.058,50	-69.575,93	0,00				-23.982,05
722	Outros serviços operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
725	Serviços secundários	-7.601,48	-7,92	-20,36	-29,40				-7.543,80
75	Subsídios à exploração	-862.481,40	-277.827,47	-354.438,71	-203.350,06				-26.865,16
751	Subsídios Estado e Outros	-696.101,62	-242.065,63	-282.479,68	-174.355,88				-17.200,43
751 10	IGFSS Lisboa	-499.431,21	-240.633,68	-258.797,53	0,00				0,00
751 13	IGFSS Santarem	-148.486,39	0,00	0,00	-140.483,38				-8.023,01
751 15	IGFSS PLANO SERE +	-41.953,92	0,00	0,00	-41.953,92				0,00
751 16	Cam.Muri.Loures	-2.145,00	-600,60	-1.544,40	0,00				0,00
751	Outros	-4.085,10	-831,35	-2.137,75	8.061,42				-9.177,42
752	Subsídios de outras entidades	-166.379,78	-35.761,84	-91.959,03	-28.994,18				-8.664,73
752 4	Donativos particulares	-26.579,64	-3.978,16	-10.229,94	-9.278,96				-3.092,99
752 17	Produtos doados à Instituição	-7.763,16	-527,16	-1.355,55	-4.410,34				-1.470,11
752 19	Banco Alimentar	-43.682,87	-19.667,29	-24.025,68	0,00				0,00
752 20	Donativos Estrangeiro	-37.147,77	-6.656,88	-17.117,69	-10.029,90				-3.343,30
752 25	Subsídio p/ investimento	-7.033,32	0,00	0,00	-5.274,99				-1.758,33
78	Outros rendimentos e ganhos	-476.128,29	-2.321,68	-2.819,13	-353.249,36				-117.738,13
787	Rendimentos e ganhos em invest	-468.750,08	0,00	0,00	-351.562,56				-117.187,52
7871	Alienacões	-459.150,08	0,00	0,00	-344.362,56				-114.781,52
7873	Rendas	-9.600,00	0,00	0,00	-7.200,00				-2.400,00
788	Outros	-7.343,26	-2.321,68	-2.819,13	-1.651,84				-540,61
79	Juros e outros rendimentos sim	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
791	Juros obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
7911	De depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
	Resultado	481.040,86	64.030,06	-54.355,89	368.518,57				102.848,12
									481.040,86

40,00	65,00	22,00	34,00
6.079,64	7.403,23	8.550,47	2.155,32
12,00	8,00	8,00	8,00
506,64	616,94	1.068,81	269,42
			Custo Unit. Ano
			Custo Unit. Mês

CC 23892

[Handwritten signature and initials]

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

ANO : 2025

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.3 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.2 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

7 - Inventários

7.2 Quantia escriturada de inventários

8 - Rendimentos e gastos

8.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

8.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

8.3 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

10.3 Principais doadores / fontes de fundos

10.4 Outras divulgações

11 - Instrumentos financeiros

11.1 Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

11.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

12 - Benefícios dos empregados

12.4 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

13 - Acontecimentos após a data do balanço

13.2 Outras divulgações

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2 Informação por atividade económica

15.3 Informação por mercado geográfico

15.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

18 - Impostos e contribuições

18.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

20 - Fluxos de caixa

20.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:



Conselho Directivo



Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil.

Em Fátima desenvolveu, até Agosto de 2025, actividades de ATL e de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens. Estas actividades foram cedidas ao "Centro de Acção Social do Santuário de Fátima" em função de garantir a sua continuidade.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento", por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.3. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas úteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo à demonstrações financeiras, como se faz na Nota 9.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.
O método de depreciação é o da linha recta, aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.
Os edifícios de Lisboa e Fátima não depreciam e são apresentados ao seu justo valor.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Ajustamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	2 043 411,55	567 321,37	115 056,78	43 653,58		97 741,52			3 220 333,70
Depreciações acumuladas		741 088,07	507 916,68	115 056,78	43 227,10		97 741,52			1 505 030,15
Saldo no início do período	353 148,90	1 302 323,48	59 404,69		426,48					1 715 303,55
Variações do período	(212 847,04)	(502 963,54)	(42 703,22)		(426,48)					(758 940,28)
Total de aumentos		30 441,40	12 085,93							42 527,33
Aquisições em primeira mão		30 441,40	12 085,93							42 527,33
Total diminuições	212 847,04	533 404,94	54 789,15		426,48					801 467,61
Depreciações do período		15 067,31	9 318,36							24 385,67
Alienações	212 847,04	518 337,63	45 470,79		426,48					777 081,94
Outras transferências	0,00				0,00					0,00
Saldo no fim do período	140 301,86	799 359,94	16 701,47							956 363,27
Valor bruto no fim do período	140 301,86	1 243 523,45	170 552,11	96 888,87	34 383,14		77 557,62			1 763 207,05
Depreciações acumuladas no fim do período		444 163,51	153 850,64	96 888,87	34 383,14		77 557,62			806 843,78

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros reportados anuais emp.obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos									

A Instituição contraíu dois empréstimos particulares durante o período anterior, no montante de 70 mil euros, que se destinaram a fazer face ao custo das obras em Lisboa. Estes empréstimos foram totalmente amortizados durante o período de 2025.

7 - Inventários

7.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub Per Anterior	Total Per Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		1 559,74	1 559,74		1 607,99	1 607,99
Compras		102 012,90	102 012,90		94 808,82	94 808,82
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		471,52	471,52		1 559,74	1 559,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		103 101,12	103 101,12		94 857,07	94 857,07
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos**8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	128 217,96	149 116,48
Outros réditos	476 128,29	
Total	604 346,25	149 116,48

O resultado contabilístico positivo do ano de 2025 está na razão direta da mais valia verificada com as instalações de Fátima, que ascendeu a 447.150,08 €. Acrescem ainda 12.000 € de mais valia na venda de uma viatura em Fátima. Das contas de Outros Rendimentos faz ainda parte a receita com IRS de particulares, que ascendeu a 6.099,89 €. O Mapa de Valências, que faz parte integrante deste anexo, apresenta o detalhe total de rendimentos e gastos da Instituição durante o período.

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		2 000,00
Serviços especializados	51 488,90	42 292,08
Trabalhos especializados	12 803,49	9 022,49
Vigilância e segurança	4 335,00	998,50
Honorários	3 658,12	4 305,74
Conservação e reparação	17 618,97	14 997,00
Outros	13 073,32	12 968,35
Materiais	14 145,29	17 417,08
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 860,40	9 839,57
Livros e documentação técnica	19,50	277,91
Material de escritório	9 265,39	7 299,60
Energia e fluidos	36 284,51	34 078,64
Electricidade	14 416,29	15 863,63
Combustíveis	3 920,28	4 176,24
Água	9 600,56	6 703,48
Outros	8 347,38	7 335,29
Deslocações, estadas e transportes	3 899,49	4 795,01
Deslocações e estadas	3 899,49	4 795,01
Serviços diversos	14 408,91	15 741,39
Rendas e alugueres	81,30	
Comunicação	3 367,34	3 003,83
Seguros	7 097,56	6 117,09
Contencioso e notariado	191,22	96,46
Despesas de representação	427,03	1 129,00
Limpeza, higiene e conforto	3 244,46	5 395,01
Total	120 227,10	116 324,20

10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração									
Valor dos reembolsos efetuados no período		696 101,62	696 101,62		166 379,78	166 379,78			
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração		696 101,62	696 101,62		166 379,78	166 379,78			
Total		(696 101,62)	(696 101,62)		(166 379,78)	(166 379,78)			

O detalhe dos subsídios de Estado encontra-se no Mapa de Valências anexo a estas Nota.

10.3. Principais doadores / fontes de fundos

A fundação suiça Goldach e diversos privados nacionais são os autores de donativos particulares, que atingiram no ano o montante total 107,900,32 €.

O montante total de subsídios em espécie (sobretudo produtos alimentares doados) proporcionou 51,446,03€.

Do rendimento do período faz ainda parte a imputação ao período refere-se à obra realizada em Fátima em 2018, e que acompanha o ritmo da respectiva depreciação do investimento, no montante de 7.033,32 €, o que sucede pelo último ano, dado o acordo de cedência de respostas sociais ao "Centro de Acção Social do Santuário de Fátima".

10.4. Outras divulgações

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

11 - Instrumentos financeiros**11.1. Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros**

Caixa e equivalentes de caixa: esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Fornecedores e outras contas a pagar: as contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

A entidade não tem dívidas com duração residual superior a um ano. Não há dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade.

12 - Benefícios dos empregados**12.4. Benefícios dos empregados e encargos da entidade**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	696 892,28	776 862,77
Remunerações do pessoal	556 086,99	617 845,47
Indemnizações	370,90	
Encargos sobre as remunerações	122 878,78	146 636,13
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 222,47	3 161,03
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	10 333,14	9 220,14

A redução do valor por comparação com o ano anterior tem a ver com a cedência das respostas sociais em Fátima, com a correspondente redução dos quadros da Fundação.

13 - Acontecimentos após a data do balanço**13.2. Outras divulgações**

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, registaram-se factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Contudo, a continuação da guerra da Ucrânia e a recente guerra do Médio Oriente provocam fortes tendências inflacionistas, ameaças crescentes sobre o fornecimento no futuro de bens alimentares, e receios cada vez mais fundados sobre a estabilidade futura das economias, e até dos cenários globais de paz.

A Fundação necessita absolutamente de subsídios do Estado, bem como de donativos de entidades terceiras, pelo que o seu bem estar futuro vai depender da capacidade económica dos citados financiadores.

15 - Divulgações exigidas por diplomas legais

15.2. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	118 617,96	9 600,00	128 217,96
Compras	102 012,90		102 012,90
Fornecimentos e serviços externos	120 227,10		120 227,10
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	103 101,12		103 101,12
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	103 101,12		103 101,12
Gastos com o pessoal	696 892,28		696 892,28
Remunerações	556 086,99		556 086,99
Outros gastos	140 805,29		140 805,29
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	956 363,27		956 363,27
Total das aquisições	42 527,33		42 527,33
(das quais edifícios e outras construções)	30 441,40		30 441,40
Propriedades de investimento			

As vendas de 96.00 € correspondem à cedência das instalações da rua de S.José, em Fátima, à Canção Nova, durante o ano de 2025.

15.3. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	128 217,96			128 217,96
Compras	102 012,90			102 012,90
Fornecimentos e serviços externos	120 227,10			120 227,10
Rendimentos suplementares:				

15.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

18 - Impostos e contribuições**18.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	481 040,86	(40 494,23)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

O resultado contabilístico positivo do ano de 2025 está na razão direta da mais valia verificada com as instalações de Fátima, que ascendeu a 447,150,08 €.

Contudo, dados os coeficientes de actualização da moeda, não se verifica lucro fiscal nesta operação.

20 - Fluxos de caixa**20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8 154,01	30 658,96	23 197,87	15 615,10
Depósitos à ordem	70 965,05	3 104 746,32	1 997 954,79	1 177 756,58
Outros depósitos bancários				
Total	79 119,06	3 135 405,28	2 021 152,66	1 193 371,68

ATA nº 182

No dia trinta e um de Março de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e quinze minutos, reuniu-se o Conselho de Administração e a Direção da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Fundação, na Portela, Loures, para -----

Ponto Único: aprovação de Relatório e Contas de 2025.-----

Na reunião estiveram presentes os membros do Conselho de Administração: o Sr. Pe. Mário José Loureiro da Silva (Presidente), o Sr. Pe. Pedro Manuel Luís (Vogal) e a Sra. Sofie Maucher (Secretária), juntamente com os membros da Direção, Rosa Haberzettl, Ilísia de Medeiros, assim como os membros do Conselho Fiscal: Nuno Miguel Nascimento (Presidente), Ana Cristina Oliveira (1ª vogal) e Dr. Virgílio Carvalho, contabilista certificado 23892, responsável pela parte contábil da Fundação. -----

Aberta a sessão, foi a mesma presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, centrando-se de imediato na análise do ponto único da ordem de trabalhos, e tendo tomada a palavra, a secretária leu o relatório das atividades. -----



Em seguida foi pedido ao Dr. Virgílio que apresentasse as contas da Fundação. Tomando a palavra, explicou que a Fundação teve um resultado positivo de € 481.040,86 € no ano de 2025, o que se deve essencialmente à venda da casa de acolhimento de Fátima. -----

O Dr. Virgílio esclareceu alguns pontos que foram questionados. -----

O Conselho Fiscal deu o seu parecer positivo a respeito. -----

Colocados à votação, o relatório e as contas foram aprovados por unanimidade tendo ainda sido deliberado aplicar o resultado do exercício em “Resultados Transitados”. -----

Não havendo mais nada a tratar, deu-se a reunião por encerrada e lida em voz alta, foi assinada pelos presentes,


Pe. Pedro Manuel Luís
S. Maucher
Rosa Haberzettl
Ilísia Medeiros
Nuno Miguel Nascimento
Ana Cristina Oliveira


Acta nº 75

No dia trinta e um de março de dois mil e vinte seis, pelas dezoito horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da Fundação Obra de Nossa Senhora da Purificação, na sede da Instituição.

Nesta reunião estiveram presentes dois membros do Conselho Fiscal, bem como o Presidente do Conselho Administração, Sr. Pe. Mário José (Anselmo) Loureiro da Silva e o responsável pela contabilidade da Fundação, Dr Virgílio Carvalho.

O Presidente deu por aberta a sessão e propôs como ordem do dia analisar as Contas e o Relatório de Gestão do ano de dois mil e vinte e cinco.

Iniciando a ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho Administração fez uma breve análise das Contas e do Relatório de Gestão, e informou que a Fundação teve no exercício em análise resultado positivo de € 481.040,86 (quatrocentos e oitenta e um mil e quarenta euros e oitenta e seis cêntimos).

O resultado contabilístico positivo do ano de 2025 está na razão direta da mais valia de 447.150,08€, verificada com a venda do imóvel de Fátima ao "Centro de Acção Social do Santuário de Fátima", que garantirá a continuidade das atividades até aqui desenvolvidas pela Fundação (ATL e de Lar de Acolhimento Residencial para Crianças e Jovens).

De seguida, e de acordo com o artº 26 dos estatutos, procedeu-se à análise e apreciação das contas.

Após análise das Contas e do Relatório de Gestão de dois mil e vinte e cinco, verificou-se que as mesmas obedeceram às normas estatutárias e demais requisitos legais, pelo que foram aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente acta, que vai assinada pelos membros presentes.

Mário José (Anselmo) Loureiro da Silva
Presidente do Conselho

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

A: FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer, sobre as Contas e Relatório de Gestão disponibilizados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, inteirando-se dos atos do Conselho Diretivo, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analizou-se o Relatório e as Contas do exercício de 2025, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade, entende-se que os documentos acima referidos refletem a situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, a 31 de dezembro de 2025, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme consta do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo, da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício de 2025.
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 31 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL

Presidente: 

(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal: 

(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)